



2º Simulado Especial

TRF 1

ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA

AVALIADOR FEDERAL - PÓS-EDITAL

Simulado

2º Simulado Especial TRF-1 (Analista Judiciário - Oficial Justiça Avaliador Federal)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária da TRF-1**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/siGmLghqMWb3HPiP7>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Luiz Felipe

01. Em todas as frases abaixo, para evitar-se repetição, houve substituição do termo em destaque. Assinale a frase em que o processo utilizado na substituição está adequadamente identificado.

- a) Estavam todos esperando o auxílio governamental, mas essa ajuda não chegou / hiperônimo
- b) João aguardava o transporte para levá-lo ao seu destino / qualificação.
- c) Os Estados Unidos estão concentrando atenção nessa guerra fria moderna; a Casa Branca convocou uma nova reunião / metonímia.
- d) A Universidade Federal do Rio de Janeiro comemora mais um ano de existência. A instituição é reconhecida por sua excelência / especificação.
- e) O computador é uma importante ferramenta. Essa tecnologia ajuda no processo de ensino-aprendizagem / caracterização.

02. A frase abaixo em que o estrangeirismo sublinhado mostra uma incorporação completa ao nosso idioma é:

- a) O hamburger se popularizou como fast-food.
- b) Há diferentes mecanismos de alívio do stress.
- c) A inscrição será realizada somente através do site da instituição.
- d) Um renomado chefe de cozinha virá ao Brasil.
- e) Não há empresa sem marketing.

03. Assinale a opção em que a troca de posição dos termos sublinhados ocasiona modificação indevida de sentido.

- a) as melhores ações / as ações melhores.
- b) qualquer situação / situação qualquer.

- c) as pessoas importantes / as importantes pessoas.
- d) contas diversas / diversas contas.
- e) o incrível bar / o bar incrível.

04. Identifique a função da linguagem predominante no trecho a seguir:

Dicionário: *s.m.* Compilação que contém as palavras de uma língua, apresentando seu significado, utilização, etimologia, sinônimos, antônimos ou com a tradução para outra língua: dicionário de português; dicionário de português-inglês.

- a) emotiva
- b) metalinguística
- c) referencial
- d) fática
- e) poética

TEXTO PARA AS QUESTÕES 05, 06, 07 e 08

Após o processo de redemocratização, com o fim da ditadura militar, em meados da década de 80 do século passado, era de se esperar que a democratização das instituições tivesse como resultado direto a consolidação da cidadania — compreendida de modo amplo, abrangendo as três categorias de direitos: civis, políticos e sociais. Sobressaem, porém, problemas que configuram mais desafios para a cidadania brasileira, como a violência urbana — que ameaça os direitos individuais — e o desemprego — que ameaça os direitos sociais.

No Brasil, o crime aumentou significativamente a partir de 1980, impacto do processo de modernização pelo qual o país passou. Isso sugere que o *boom* do consumo colocou em circulação bens de alto valor e, conseqüentemente, aumentou as oportunidades para o crime, inclusive porque a maior mobilidade de pessoas torna o espaço social mais anônimo, menos supervisionado.

Nesse contexto, justiça criminal passa a ser cada vez mais dissociada de justiça social e reconstrução da sociedade. O objetivo em relação à criminalidade torna-se bem menos ambicioso: o controle. A prisão ganha mais importância na modernidade tardia, porque satisfaz uma dupla necessidade dessa nova cultura: castigo e controle do risco. Essa postura às vezes proporciona controle,

porém não segurança, pois o Estado tem o poder limitado de manter a ordem por meio da polícia, sendo necessário dividir as tarefas de controle com organizações locais e com a comunidade.

Jacqueline Carvalho da Silva. Manutenção da ordem pública e garantia dos direitos individuais: os desafios da polícia em sociedades democráticas. In: Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo, ano 5, 8.ª ed., fev. – mar./2011, p. 84-5 (com adaptações).

05. Assinale a alternativa correta com relação à compreensão do texto.

- a) O processo de redemocratização permitiu a ampla consolidação do conceito de cidadania.
- b) Dentre outros motivos, a violência é um fator que impossibilita a concretização da cidadania em sua plenitude.
- c) O desemprego e a impossibilidade de consumo têm relação direta com o aumento da criminalidade.
- d) A prisão é a única ferramenta do Estado para manutenção do controle e da segurança.
- e) De acordo com o texto, justiça social e justiça criminal estão intimamente relacionadas, sendo indispensáveis para o controle da criminalidade.

06. Com relação à tipologia textual predominante no texto, assinale a alternativa correta.

- a) Narração
- b) Descrição
- c) Exposição
- d) Injunção
- e) Argumentação

07. A classe da palavra está corretamente apontada na alternativa:

- a) após (1º parágrafo) / para (2º parágrafo) - advérbio e preposição
- b) fim (1º parágrafo) / alto (2º parágrafo) - advérbio e adjetivo
- c) três (1º parágrafo) / menos (3º parágrafo) - numeral e adjetivo
- d) significativamente (2º parágrafo) / reconstrução (3º parágrafo) - advérbio e verbo
- e) que (2º parágrafo) / tardia (3º parágrafo) - conjunção e adjetivo

08. Com relação ao vocábulo destacado em "Sobressaem, porém, problemas que configuram mais desafios para a cidadania brasileira [...]" (1º parágrafo), assinale a classificação morfosintática correta.

- a) pronome / objeto direto
- b) pronome / sujeito
- c) conjunção / sujeito
- d) pronome / objeto indireto
- e) conjunção / objeto direto

09. Com relação às regras de acentuação, assinale a alternativa correta.

- a) Depois de ler todo o contrato, às vésperas do prazo final, o gerente deixou sua rubrica em todas as páginas.
- b) O empregador deve manter o ambiente propício ao desenvolvimento intelectual.
- c) Para ciência de todos, o memorando deve estar pronto até quinta-feira.
- d) Haverá um acordo internacional para impulsionar a economia de países em desenvolvimento.
- e) O ato heróico da ciência brasileira é avançar em meio ao caos.

- 10.** Do ponto de vista da argumentação, assinale a alternativa que mostra a correta relação.
- a) O melhor candidato a esse posto é o João, pois entre todos é o mais preparado. / Simplificação exagerada
 - b) Todas as mulheres sabem cozinhar, logo Ana sabe cozinhar. / Círculo vicioso.
 - c) O advogado mentiu pela sua cliente; todos os advogados têm caráter duvidoso. / Generalização excessiva.
 - d) O professor repreendeu o aluno que conversava; obviamente não se pode levar a sério a repreensão de quem só chega atrasado. / Fuga do tema.
 - e) Para melhorar a economia no Brasil, basta abrir novas vagas de emprego. / Argumento autoritário.
- 11.** A única frase abaixo expressa em linguagem denotativa ou lógica é:
- a) Lutamos todos os dias para que o amanhã exista.
 - b) Escrevia cartas enquanto ouvia as canções de seus artistas prediletos.
 - c) O poeta é um domador de palavras e sentidos.
 - d) A bondade de seu coração comunicou-nos que era um rapaz confiável.
 - e) A educação libertou-me da ignorância e do medo.
- 12.** Dentre os trechos abaixo, o único que apresenta um modo de organização discursiva distinto é:
- a) *"O cavalo e o burro seguiam juntos para a cidade. O cavalo contente da vida, folgando com uma carga de quatro arrobas apenas, e o burro — coitado! gemendo sob o peso de oito. Em certo ponto, o burro parou e disse: — Não posso mais! Esta carga excede às minhas forças e o remédio é repartirmos o peso irmanamente, seis arrobas para cada um.*
 - b) *Antigamente, antes de as cidades se formarem, a água entrava toda na terra. Quando o homem começou a tirar a vegetação e construir casas nas margens dos rios, as enchentes viraram um problema.*
- c) *Era este nobre senhor alto, magro, de cinquenta e poucos anos, queixo pontiagudo, cabelo grisalho desgrenhado e certo ar de loucura no olhar. De sobrenome Quixada ou Quesada, embora não rico, era muito conhecido pelos lavradores e tinha fala de boa pessoa entre os moradores da comunidade em que vivia.*
 - d) *Nascida em Salvador, Irmã Dulce, que ficou conhecida como "anjo bom da Bahia", teve uma trajetória de fé e obstinação na qual enfrentou as rígidas regras de enclausuramento da igreja para prestar assistência a comunidades pobres da cidade, trabalho que realizou até a morte. Caminhou por onde ninguém queria, acolheu a todos quanto pôde e viveu plenamente a caridade.*
 - e) *Começo a trabalhar online, o que já costumo fazer. Revisões e orientações, álcool em gel, lavar as mãos com sabão, relato do trabalho que realizara em março, álcool em gel, lavar as mãos com sabão. Telefonemas e mensagens de Whatsapp. Álcool em gel, lavar as mãos com sabão, noticiários na TV, séries e filmes na Netflix, sarau literário por google meet, como é bom rever o grupo! Mais disciplinado do que nunca por conta do encontro virtual, ninguém fala ao mesmo tempo. Que vírus danado!*
- 13.** Assinale a alternativa em que o segmento sublinhado desempenha uma função de adjetivo.
- a) O diretor esclareceu que não haveria aula após o incidente.
 - b) A vida do ser que não busca conhecimento não faz sentido.
 - c) Os relatórios sigilosos chegaram quando todos já estavam na repartição.
 - d) O Presidente da República disse que estaria em reunião.
 - e) Em um lugar frio, todos desejam estar abrigados.

14. Assinale a opção que indica a frase em que esse acento grave está empregado incorretamente.

- a) Quando perceberam a movimentação, os jornalistas saíram às pressas.
- b) A notícia chegou à pequena cidade de imigrantes.
- c) O voto partidário estava relacionado à decisões pessoais.
- d) Ao filho ensinou gentileza; à filha ensinou perseverança.
- e) Os trajas não estavam à altura do jantar.

15. A frase abaixo que está livre de qualquer ambiguidade é:

- a) Quando João chegou atrasado, o gerente ligou para seu superior.
- b) Os professores disseram aos alunos que poderiam escolher uma outra avaliação.
- c) Os técnicos instalaram um sistema rápido.
- d) Ele devolveu a capa do celular que estava em seu carro.
- e) Ninguém precisou esconder a verdade.

16. O correto emprego do gerúndio mostra que ele deve ser usado na indicação de ações cronologicamente simultâneas com as ações da oração anterior. A frase abaixo que mostra correto emprego do gerúndio é:

- a) Fez o pedido, recebendo a encomenda no final do dia.
- b) Ana entrou no banco, sentando-se em frente aos caixas.
- c) Caiu na saída do espetáculo, machucando os dois joelhos.
- d) Lançou-se aos seus pés, pedindo outra chance.
- e) Conversavam entre amigos, bebendo o clássico vinho.

TEXTO PARA AS QUESTÕES 17, 18 E 19

É necessário formatar o sistema de segurança no Brasil, um sistema que estabeleça responsabilidades aos governantes, ao Judiciário, ao Ministério Público, ao órgão penitenciário e às polícias, criando ligações técnicas e operacionais e determinando objetivos sociais de prevenção, tratamento e recuperação. Entende-se que o sistema de segurança tem que ser sistêmico, rápido, um processo que envolva não só atividades repressivas ou de contenção: precisa ter um início, que é a prevenção, e um final, que é recuperar e tratar os autores do delito, pois, caso contrário, eles voltarão ao crime, e o objetivo é não dar essa oportunidade de reincidência ou aliciamento pelo crime. Nesse sistema não apenas a polícia é a responsável, o Judiciário, o Ministério Público e a sociedade em geral têm que participar do debate.

(Jorge Luiz Paz Bengochea, Luiz Brenner Guimarães, Martin Luiz Gomes, Sérgio Roberto de Abreu. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000100015>. Adaptado.)

17. A afirmação abaixo que pode ser inferida após a leitura do texto é:

- a) A força policial atua de forma conjugada com os Poderes Executivo e Judiciário.
- b) A prevenção é o papel mais importante da polícia.
- c) O sistema de segurança deve atuar na prevenção e na repressão do delito, cabendo a outros órgãos a recuperação do autor do delito.
- d) O objetivo inicial do sistema de segurança deve ser a prevenção.
- e) O sistema de segurança brasileiro, atualmente, fundamenta-se em três pilares: prevenção, tratamento e recuperação.

18. A forma verbal "estabeleça", no primeiro período do texto, indica:

- a) um desejo imediato, expresso pelo modo indicativo.
- b) uma projeção para o futuro, expressando propósito, pretensão, intento.
- c) uma hipótese, expressa pelo modo subjuntivo.
- d) um processo que ocorre atualmente.
- e) uma ordem, característica própria do modo imperativo.

19. No texto, os dois-pontos foram usados no segundo período:

- a) para introduzir o discurso direto
- b) para introduzir uma citação.
- c) para iniciar uma enumeração
- d) para inserir um exemplo.
- e) para introduzir um esclarecimento.

20. A frase abaixo que foi construída exclusivamente por linguagem formal é:

- a) Todos estavam dispostos a coroar ela como a melhor profissional do trimestre.
- b) O grupo não se simpatiza com o novo líder.
- c) Os amigos, quando se reuniam, lembravam da época de escola.
- d) Isso são doações para o evento de fim de ano.
- e) Sempre souberam que os quero bem.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

21. Em um belo dia de agosto, Carlos Henrique saiu de casa com apenas algum dinheiro físico e foi dar um passeio em Copacabana. Carlos Henrique gastou $\frac{1}{4}$ do que possuía e mais R\$ 60,00 no café da manhã; posteriormente, no almoço, $\frac{1}{3}$ do que restava e ainda ficou com R\$ 80,00. Com que valor, Carlos Henrique saiu de casa?

- a) R\$ 150,00
- b) R\$ 175,00
- c) R\$ 200,00
- d) R\$ 240,00
- e) R\$ 300,00

22. Três praças José, Luciano e Oslani, ganharam R\$ 20.000,00 como premiação. José tem 2 filhos, Luciano, 3 filhos e Oslani, 5 filhos. A divisão da premiação será feita de forma proporcional ao número de filhos. A diferença entre as partes de Oslani e José é igual a:

- a) R\$ 2.000,00
- b) R\$ 3.000,00
- c) R\$ 4.000,00
- d) R\$ 6.000,00
- e) R\$ 5.000,00

23. Para executar a tarefa de confecção de 111 vestidos, três costureiras dividiram o total de vestidos entre si, na razão inversa de suas respectivas idades: 24, 30 e 36 anos. Assim sendo, a costureira de 30 anos fez

- a) 2 vestidos a mais do que o de 24 anos.
- b) 4 vestidos a menos do que o de 36 anos.
- c) 4 vestidos a menos do que o de 24 anos.
- d) 6 vestidos a menos do que o de 36 anos.
- e) 9 vestidos a menos do que o de 24 anos.

24. Em um saco há 180 bolinhas, umas brancas, outras pretas e não há bolinhas de outra cor. Das bolinhas do saco, 60% são pretas. São retiradas N bolinhas brancas do saco e, então a porcentagem de bolinhas pretas do saco passou a ser de 80%.

O valor de N é

- a) 20.
- b) 25.
- c) 30.
- d) 40.
- e) 45.

25. Considere a afirmação I como sendo FALSA e as outras três afirmações como sendo VERDADEIRAS.

- I. Lucas é médico ou Marina não é enfermeira.
 - II. Se Arnaldo é advogado, então Lucas não é médico.
 - III. Ou Otávio é engenheiro, ou Marina é enfermeira, mas não ambos.
 - IV. Lucas é médico ou Paulo é arquiteto.
- A partir dessas informações, é correto afirmar que
- a) Paulo não é arquiteto ou Marina não é enfermeira.
 - b) Marina é enfermeira e Arnaldo não é advogado.
 - c) Se Lucas não é médico, então Otávio é engenheiro.
 - d) Otávio é engenheiro e Paulo não é arquiteto.
 - e) Arnaldo é advogado ou Paulo é arquiteto.

26. Se eu paguei o aluguel ou comprei comida, então o meu salário entrou na conta.

Uma afirmação equivalente a afirmação anterior é

- a) Se o meu salário não entrou na conta, então eu não paguei o aluguel e não comprei comida.
- b) Se eu paguei o aluguel e comprei comida, então o meu salário entrou na conta.
- c) O meu salário entrou na conta e eu comprei comida e paguei o aluguel.
- d) Se o meu salário não entrou na conta, então eu não paguei o aluguel ou não comprei comida.
- e) Se eu não paguei o aluguel e não comprei comida, então o meu salário não entrou na conta.

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

André Rocha

27. A empresa Alfa LTDA atua no ramo da mineração e pretende instalar uma nova filial no estado do Pará, mais precisamente no município de Altamira. A área de influência do projeto está limitada ao município de Altamira, maior município do Brasil, e a empresa precisará captar água do Rio Xingu, de domínio da União, exigindo-se a outorga de uso dos recursos hídricos.

Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) A empresa Alfa LTDA ficará obrigada a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica oferecida pelo empreendedor.
- b) A localização da empresa mineradora deve ser definida em lei federal, sem o que não poderá ser instalada.
- c) Eventuais atividades lesivas ao meio ambiente decorrentes da atividade mineradora não sujeitam os seus sócios a sanções penais, mas podem sujeitar a própria empresa a sanções administrativas e civis.
- d) O poder público deverá, obrigatoriamente, exigir estudo prévio de impacto ambiental, caso a obra seja potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente.
- e) Se a propriedade onde a empresa deseja instalar sua filial for uma terra devoluta necessária à proteção do ecossistema natural local, o poder público somente poderá aliená-la em favor da empresa se houver autorização do órgão ambiental do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).

28. O Relatório Brundtland, intitulado Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*), publicado em 1987, foi o primeiro documento a conceber e definir um conceito muito importante para a área ambiental.

Segundo esse relatório, o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

Essa ideia de solidariedade às futuras gerações também é chamada de:

- a) Solidariedade sincrônica.
- b) Solidariedade diacrônica.
- c) Ecodesenvolvimento.
- d) Sustentabilidade ambiental.
- e) Tripé da sustentabilidade.

29. A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída em 2009 pela Lei nº 12.187, oficializa o compromisso voluntário do Brasil junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de redução de emissões de gases de efeito estufa, buscando garantir que o desenvolvimento econômico e social contribuam para a proteção do sistema climático global.

A PNMC e as ações dela decorrentes, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública, devem observar os princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, este último no âmbito internacional.

Quanto às medidas a serem adotadas na execução da PNMC, deve ser considerado o seguinte, exceto:

- a) Devem ser tomadas medidas para prever, evitar ou minimizar as causas identificadas da mudança climática com origem antrópica no território nacional, sobre as quais haja absoluto consenso por parte dos meios científicos e técnicos ocupados no estudo dos fenômenos envolvidos.

b) Todos têm o dever de atuar, em benefício das presentes e futuras gerações, para a redução dos impactos decorrentes das interferências antrópicas sobre o sistema climático.

c) As medidas tomadas devem levar em consideração os diferentes contextos socioeconômicos de sua aplicação, distribuir os ônus e encargos decorrentes entre os setores econômicos e as populações e comunidades interessadas de modo equitativo e equilibrado e sopesar as responsabilidades individuais quanto à origem das fontes emissoras e dos efeitos ocasionados sobre o clima.

d) O desenvolvimento sustentável é a condição para enfrentar as alterações climáticas e conciliar o atendimento às necessidades comuns e particulares das populações e comunidades que vivem no território nacional.

e) As ações de âmbito nacional para o enfrentamento das alterações climáticas, atuais, presentes e futuras, devem considerar e integrar as ações promovidas no âmbito estadual e municipal por entidades públicas e privadas.

30. Segundo a Resolução CNJ nº 400/2021, os órgãos do Poder Judiciário devem adotar modelos de gestão organizacional com processos estruturados que promovam a sustentabilidade, com base em ações ambientalmente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e pautadas na integridade, em busca de um desenvolvimento nacional sustentável.

Segundo essa norma, é correto afirmar que:

- a) Material de consumo é todo material que, em razão de sua utilização, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a 3 (três) anos.
- b) A Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (PLS) promoverá a revisão do plano com o apoio das unidades gestoras responsáveis pela execução do PLS, no máximo, a cada 2 (dois) anos.
- c) Os resultados apurados relativos aos indicadores de desempenho e às ações do PLS devem ser avaliados pela Comissão Gestora do PLS, pelo menos uma vez a cada biênio, e devem compor o relatório de desempenho do PLS.
- d) O Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário deve ser elaborado e publicado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), com informações recebidas via PLS-Jud do CNJ.
- e) Os órgãos do Poder Judiciário devem implementar plano de compensação ambiental até o ano 2030 (Agenda 2030 – ONU), a fim de monitorar, reduzir permanentemente e compensar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) resultantes de seu funcionamento

31. A Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010) trouxe ao país uma série de inovações para a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos, resultado de 21 anos de discussões sobre o tema no Congresso Nacional.

Sobre a proibição ou não de formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos, assinale a alternativa incorreta.

- a) É vedado o lançamento em quaisquer corpos hídricos, mas as bacias de decantação de resíduos ou rejeitos industriais ou de mineração devidamente licenciadas não são consideradas corpos hídricos se for assegurada sua impermeabilização.
- b) É vedado o lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração.
- c) É vedada a queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade, embora a queima de resíduos a céu aberto possa ser realizada quando for decretada emergência sanitária e for autorizada e acompanhada pelos órgãos competentes.
- d) É vedado o lançamento de resíduos sólidos em praias ou no mar.
- e) É vedado o uso de incineradores de resíduos e rejeitos no Brasil.

32. André, servidor do TRF-1 e estudioso da área ambiental, foi instado por colegas a explicar as diferenças de classificação de resíduos sólidos prevista na Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil.

Nessa oportunidade, André explicou, corretamente, que os resíduos sólidos podem ser classificados em diferentes categorias, considerando sua origem e características, a exemplo dos

- a) Resíduos perigosos, que abrangem os resíduos industriais e de mineração.
- b) Resíduos industriais, que abrangem os resíduos de serviço de saúde e os gerados nos processos produtivos e instalações industriais.
- c) Resíduos sólidos urbanos, que abrangem os resíduos domiciliares e os de limpeza urbana e varrição.
- d) Resíduos agrossilvopastoris, que abrangem os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana.
- e) Resíduos da construção civil, que abrangem os resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços e os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

Lilian Novakoski

33. Assinale a alternativa correta tendo por base a Declaração Universal de Direitos Humanos:

- a) Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal, porém, poderá ser aplicada pena de morte em situações previstas na lei, por cada Estado-Parte das Nações Unidas.
- b) Toda pessoa tem o direito de recurso efetivo para as jurisdições nacionais, para proteção de direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição ou lei.

c) Toda pessoa tem o direito de circular livremente pelo Estado que se encontra e de buscar asilo, mesmo em situações de perseguição por crime de direito comum.

d) O casamento não pode ser celebrado sem o livre e pleno consentimento dos futuros esposos, salvo quando existe a anuência e acordo entre as famílias dos nubentes.

e) As pessoas têm direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião, mas devem se abster de manifestar em público.

34. Acerca da Declaração Universal dos Direitos Humanos, julgue os itens a seguir.

I A ninguém poderá ser imposta pena mais forte de que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

II Todo ser humano, vítima de perseguição, inclusive motivada por crimes de direito comum, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

III O poder público tem prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Todos estão corretos
- e) Todos Estão Incorretos

35. Um tratado internacional de direitos humanos para ser incorporado ao ordenamento jurídico interno com status de norma constitucional deverá ser aprovado em cada casa do Congresso Nacional:

- a) Em um turno, por 2/5 dos votos
- b) Em dois turnos, por 3/5 dos votos
- c) Em um turno, por 1/5 dos votos
- d) Em dois turnos, por 2/5 dos votos
- e) Todos os tratados internacionais de Direitos Humanos são incorporados no ordenamento jurídico com status constitucional.

36. Sobre direitos humanos e garantias constitucionais, assinale a alternativa correta:

- a) No Brasil, somente os direitos fundamentais expressos na Constituição são garantidos
- b) Os direitos humanos são todos os direitos previstos em legislação nacional ou acordos e tratados internacionais que dizem respeito à proteção da pessoa, ao passo que os direitos fundamentais são aqueles que têm como fundamento a dignidade da pessoa humana, estejam ou não positivados.
- c) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei
- d) A Constituição brasileira prevê de forma expressa que é plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar
- e) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, sendo garantido somente aos brasileiros natos, permanecer ou dele sair com seus bens.

37. Com base na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei n.º 13.416/2015, marque V para as afirmativas verdadeiras a seguir e F para as falsas.

- () Compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa com deficiência até os 18 (dezoito) anos de idade.
- () A pessoa com deficiência não poderá ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, a tratamento ou a institucionalização forçada.
- () A O processo de habilitação e de reabilitação tem por objetivo o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuam para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.
- () É vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em mensalidades, anuidades e matrículas de instituições de ensino por requerimentos de adequações e modificações necessárias ao atendimento de pessoas com deficiência.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, considerando as afirmativas de cima para baixo.

- a) V, V, F, F.
- b) F, F, F, V.
- c) F, V, V, V.
- d) V, F, F, F.
- e) V, V, V, F.

38. Com base na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei n.º 13.416/2015, marque V para as afirmativas verdadeiras a seguir e F para as falsas.

- () Compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa com deficiência até os 18 (dezoito) anos de idade.
- () A pessoa com deficiência não poderá ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, a tratamento ou a institucionalização forçada.
- () A O processo de habilitação e de reabilitação tem por objetivo o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuam para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.
- () É vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em mensalidades, anuidades e matrículas de instituições de ensino por requerimentos de adequações e modificações necessárias ao atendimento de pessoas com deficiência.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, considerando as afirmativas de cima para baixo.

- a) V, V, F, F.
- b) F, F, F, V.
- c) F, V, V, V.
- d) V, F, F, F.
- e) V, V, V, F.

39. O Congresso Nacional votou a Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, que trata do atendimento prioritário a algumas pessoas.

Em relação ao disposto nessa lei, analise os itens e assinale a alternativa correta:

- I - O atendimento prioritário poderá ser realizado mediante discriminação de postos, caixas, guichês, linhas ou atendentes específicos para esse fim.
- II - Caso não haja atendentes específicos para a realização do atendimento prioritário, as pessoas que tem direito ao atendimento prioritário deverão ser atendidas imediatamente após a conclusão do atendimento das outras pessoas que estiverem na fila de atendimento normal.
- III - Os logradouros e sanitários públicos, bem como os edifícios de uso público, terão normas de construção, para efeito de licenciamento da respectiva edificação, baixadas pela autoridade competente, destinadas a facilitar o acesso e uso desses locais pelas pessoas portadoras de deficiência.

Estão de acordo com o disposto na Lei nº 10.048/00 os Itens:

- a) I, II e III.
- b) I, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I e III.
- e) Nenhum dos itens.

40. Com base na Lei n.º 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) assinale a alternativa incorreta:

- a) A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sendo prevista, entre outras situações, a preferência na restituição do imposto de renda.
- b) As operadoras de planos e seguros privados de saúde são obrigadas a garantir à pessoa com deficiência, no mínimo, todos os serviços e produtos ofertados aos demais clientes.
- c) Fica assegurado à pessoa com deficiência o recebimento de boletos, recibos, extratos e cobranças de tributos em formato acessível, quando solicitar.
- d) Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas, poderá ser deferida dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade.
- e) Nos teatros e cinemas deve ser garantido espaços livres e assentos para a pessoa com deficiência, de acordo com a capacidade de lotação da edificação, não podendo ser cobrada taxa extra no valor do ingresso.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

41. A classificação de informação em qualquer grau de sigilo deverá ser formalizada em decisão que contenha, no mínimo, os seguintes elementos, EXCETO:

- a) assunto sobre o qual versa a informação.
- b) fundamento da classificação.
- c) indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final.
- d) identificação da autoridade que a classificou.
- e) gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado.

42. No que se refere às regras constitucionais aplicáveis aos agentes públicos, assinale a alternativa correta:

- a) é cabível a acumulação de dois cargos de natureza técnica ou científica.
- b) a proibição de acumular cargos não alcança empresas públicas e sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica.
- c) em exceção ao princípio da vedação à acumulação remunerada de cargos, juízes federais estão autorizados a exercerem uma função de magistério.
- d) é vedado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- e) são vitalícios após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

43. Em relação ao processo de padronização e às regras legais aplicáveis às compras governamentais, assinale a alternativa que CONTRARIA a Lei 14.133/2021:

- a) O processo de padronização deverá conter parecer técnico sobre o produto, considerados especificações técnicas e estéticas, desempenho, análise de contratações anteriores, custo e condições de manutenção e garantia, despacho motivado da autoridade superior, com a adoção do padrão, bem como síntese da justificativa e descrição sucinta do padrão definido, divulgadas em sítio eletrônico oficial.
- b) É permitida a padronização com base em processo de outro órgão ou entidade de nível federativo igual ou superior ao do órgão adquirente, devendo o ato que decidir pela adesão a outra padronização ser devidamente motivado, com indicação da necessidade da Administração e dos riscos decorrentes dessa decisão, e divulgado em sítio eletrônico oficial.
- c) As contratações de soluções baseadas em software de uso disseminado serão disciplinadas em regulamento que defina processo de gestão estratégica das contratações desse tipo de solução.
- d) Quando houver a possibilidade de compra e também de locação de bens, o estudo técnico preliminar (ETP) deverá considerar os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa, a fim de subsidiar a decisão entre estas alternativas.
- e) A Administração poderá exigir, na fase de julgamento das propostas, amostras do licitante provisoriamente vencedor, para atender a diligência ou, durante a fase de habilitação, como requisito de qualificação técnica.

44. Suponha que o órgão federal Alfa detectou infração grave praticada por Pedro, servidor público federal, enquadrada no art. 132 da Lei 8.112/1990 como punível com pena de demissão. Neste caso, a autoridade administrativa, após a devida apuração dos fatos

- a) exerce poder de polícia ao aplicar a sanção ao servidor.
- b) não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa da demissão.
- c) pode aplicar a demissão, ainda que a apuração tenha ocorrido exclusivamente por meio de sindicância.
- d) sujeita-se ao prazo prescricional de cinco anos, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.
- e) deverá absolver o acusado, quando houver decisão judicial que inocente o servidor por insuficiência de provas quanto à sua autoria.

45. Considerando o acordo de não persecução cível previsto na Lei 8.429/1992, com redação dada pela Lei 14.230/2021, é correto afirmar que:

- a) Será celebrado pelo ente federativo lesado, com oitiva do Poder Judiciário.
- b) Dependerá de homologação judicial exclusivamente no caso de o acordo ocorrer depois do ajuizamento da ação de improbidade administrativa.
- c) É constitucional a utilização da colaboração premiada, no âmbito civil, em ação civil pública por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público.
- d) Permitirá a redução em até 1/3 o valor do dano causado ao erário.
- e) Não poderá ser celebrado após a prolação da sentença condenatória ou no momento da execução da sentença condenatória.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Adriane Fauth*

46. Caio, estudante de Direito, realizou intensas reflexões acerca da eficácia do art. 5º XXXII, da Constituição Federal, segundo o qual “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.” A respeito da norma obtida a partir desse comando, quanto ao grau de eficácia, classifica-se como de eficácia:

- a) limitada de princípio institutivo.
- b) plena.
- c) limitada de princípio programático.
- d) contida.
- e) limitada de princípio consumerista.

47. Denise, brasileira nata, morava há muitos anos no exterior. No início deste mês, embora não tenha adquirido outra nacionalidade, formulou pedido expresso de perda da nacionalidade perante a autoridade brasileira competente, por entender que os seus laços com a República Federativa do Brasil tinham sido dissolvidos.

De acordo com a Constituição o referido pedido:

- a) não pode ser acolhido, pois a nacionalidade brasileira é irrenunciável;
- b) a nacionalidade brasileira pode ser objeto de renúncia, sendo vedada a sua reaquisição;
- c) C) embora seja admitida a renúncia da nacionalidade brasileira, isso não é possível em relação a Denise.
- d) a nacionalidade brasileira pode ser objeto de renúncia, mas Denise pode readquiri-la, o que ocorrerá em caráter derivado, com a naturalização, não em caráter originário.
- e) a nacionalidade brasileira pode ser objeto de renúncia, mas a sua reaquisição está sempre sujeita à discricionariedade da autoridade administrativa competente;

48. A Lei nº 123 do Estado Gama obriga pessoas físicas ou jurídicas, independentemente da atividade que exerçam, a oferecer estacionamento ao público, a cercar o respectivo local e a manter funcionários próprios para garantia da segurança, sob pena de pagamento de indenização em caso de prejuízos causados ao dono do veículo. Em relação à constitucionalidade da referida lei estadual, com base na ordem jurídico-constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

- a) É inconstitucional, pois trata-se de competência exclusiva da União de legislar acerca da matéria concernente ao Direito Civil.
- b) É constitucional, pois, tratando a Lei de temática afeta ao Direito Civil, a competência legislativa concorrente entre a União e os Estados permite que Gama legisle sobre a matéria.
- c) É inconstitucional, pois, conforme a Constituição Federal, compete ao ente municipal legislar sobre Direito do Consumidor.
- d) É constitucional, pois versa sobre matéria afeta ao Direito do Consumidor, cuja competência legislativa privativa pertence ao Estado Gama.
- e) É inconstitucional, pois viola a competência privativa da União de legislar sobre matéria concernente ao Direito Civil.

49. O presidente da República, com o objetivo de conter o crescimento da despesa pública, consultou sua assessoria a respeito do procedimento a ser observado para se extinguir determinado quantitativo de cargos, bem como se poderia delegar essa competência. Foi corretamente informado ao chefe do Poder Executivo que os cargos:

- a) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- b) em obediência ao princípio da paridade das formas, somente podem ser extintos por lei.
- c) podem ser extintos por decreto e, em se tratando de cargos ocupados, os servidores serão postos em disponibilidade; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- d) ocupados só podem ser extintos na forma da lei; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- e) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, não podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.

50. O Tribunal de Justiça do Estado Alfa, ao julgar recurso de apelação, julgou válida lei local que fora contestada em face de lei federal. Nesse caso, exauridas as instâncias ordinárias e preenchidos os demais requisitos exigidos, o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado Alfa é suscetível de ser impugnado mediante:

- a) reclamação, a ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal;
- b) recurso ordinário, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- c) recurso especial, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- d) recurso extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal;
- e) recurso ordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Géssica Ehle

51. A Lei nº 13.146/2015 institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que promove o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, pretendendo a sua inclusão social e cidadania.

Dessa forma, sobre moradia para pessoas com deficiência, é correto afirmar:

- a) A pessoa com deficiência tem direito à moradia digna exclusivamente em residências inclusivas, exceto em moradias para a vida independente.
- b) Nos programas habitacionais subsidiados com recursos públicos, é garantido um percentual mínimo de 5% das unidades habitacionais para pessoas com deficiência.
- c) O poder público deve criar e manter moradias para a vida independente e garantir prioridade para a pessoa com deficiência na aquisição de imóveis, com reserva mínima de 3% das unidades habitacionais para essa população.
- d) Nos edifícios multifamiliares, a acessibilidade é obrigatória apenas nas unidades habitacionais do piso térreo e sendo facultativo nas áreas comuns.
- e) A elaboração de especificações técnicas para a instalação de elevadores em projetos habitacionais para pessoas com deficiência é facultativa.

52. De acordo com o Estatuto da Pessoa com deficiência é pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Assim, assegurando sua inclusão e acessibilidade julgue os itens a seguir:

- a) É obrigatório ao poder público a fabricação de veículos acessíveis e a sua utilização como táxis e vans, de forma a garantir o seu uso por todas as pessoas.
- b) As frotas de empresas de táxi devem reservar 5% (cinco por cento) de seus veículos acessíveis à pessoa com deficiência.
- c) Os veículos estacionados nas vagas reservadas devem conter, em local de ampla visibilidade, a credencial de beneficiário, a ser confeccionada e fornecida pelos órgãos de trânsito, que disciplinarão suas características e condições de uso.
- d) As locadoras de veículos são obrigadas a oferecer 2 (dois) veículo adaptado para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 20 (vinte) veículos de sua frota.
- e) A credencial do beneficiário das vagas reservadas é vinculada à pessoa com deficiência que possui comprometimento de mobilidade e é válida em todo o território estadual.

53. Luiz, 5 anos, sofre de uma doença degenerativa que lhe ocasiona grave deficiência auditiva e visual. No entanto, Luiz poderá utilizar um equipamento que viabilize sua permanência na escola, contudo, sua família não tem condições financeiras de adquirir. De acordo com o estabelecido pela Lei nº 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), é correto afirmar que o equipamento mencionado é uma modalidade de

- a) tecnologia assistiva e, caso o Poder Público não a forneça, estaremos diante de uma situação de discriminação.
- b) fator de acessibilidade atitudinal, se não ofertado pelo Poder Público é caracterizada uma situação de discriminação.
- c) viabilizador de inclusão, contudo, não deve ser obrigatoriamente fornecido pelo Poder Público já que não é uma necessidade da coletividade.
- d) barreira tecnológica, já que em caso de não disponibilidade, impossibilita o acesso de Luiz à educação básica.
- e) barreira universal, que impede o acesso da pessoa com deficiência à educação, contudo não caracteriza discriminação.

DIREITO CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR

Paulo Sousa

54. Considerando os artigos 1º a 5º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a alternativa correta:

- a) As normas de direito público obrigam aos cidadãos quando são publicadas no Diário Oficial, em qualquer caso.
- b) Na aplicação da lei, o juiz deve considerar os fins sociais a que ela se dirige e as exigências do bem comum.
- c) A lei brasileira tem efeito apenas dentro do território nacional, independentemente de convenções internacionais.
- d) Quando houver omissão na lei, o juiz pode se basear na doutrina, mas não na jurisprudência.
- e) A interpretação da lei deve ser sempre literal, sem considerar outras fontes do direito.

55. Quanto à previsão normativa acerca do domicílio, assinale a afirmativa correta:

- a) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece sua residência, desconsiderando-se a presença de ânimo definitivo.
- b) É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.
- c) Se a pessoa exercer sua profissão em mais de um local, apenas um destes constituirá domicílio para todas as relações correspondentes.
- d) Ter-se-á em relação à pessoa natural que não tenha residência habitual, a ausência de domicílio, independentemente do local onde possa ser encontrada.
- e) A mudança de domicílio decorre da mudança de residência, independente da intenção manifesta do domiciliado em mudar.

56. Na celebração de contrato de compra e venda, vendedor e comprador procederam com dolo, que foi a causa do negócio. Nesse caso, de acordo com o Código Civil,

- a) qualquer das partes poderá invocar o dolo da outra para anular o negócio, mas nenhuma delas poderá reclamar indenização.
- b) qualquer das partes poderá invocar o dolo da outra para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- c) nenhuma das partes poderá invocar o dolo da outra para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- d) qualquer das partes poderá invocar o dolo da outra para reclamar indenização, mas não para anular o negócio.
- e) somente a parte mais prejudicada poderá invocar o dolo da outra para anular o negócio, ou reclamar indenização.

57. Com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC), analise as afirmações a seguir sobre os vícios de qualidade dos produtos e assinale a alternativa correta:

- a) Quando um produto apresentar vício de qualidade, o consumidor pode imediatamente exigir a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, sem a necessidade de conceder prazo para o fornecedor sanar o vício.
- b) O consumidor tem o direito de exigir a substituição do produto por outro de espécie diversa, desde que o vício de qualidade seja de difícil ou impossível reparação, ainda que existam produtos da mesma espécie disponível, tendo em vista a culpa do fornecedor pelo vício.
- c) Nos casos de vício de qualidade que comprometa a funcionalidade do produto, o fornecedor tem o prazo máximo de 60 dias para corrigir o problema, sob pena de o consumidor poder exigir a substituição, o abatimento proporcional do preço ou a restituição da quantia paga.
- d) Se o vício de qualidade for sanado pelo fornecedor dentro do prazo legal, o consumidor perde o direito de exigir qualquer reparação adicional, salvo se o vício reaparecer posteriormente, ainda que em razão da extensão do vício, a substituição das partes viciadas comprometa a qualidade ou características do produto, diminuir-lhe o valor ou se tratar de produto essencial.
- e) Em caso de vício de qualidade não sanado no prazo estipulado pelo CDC, o consumidor pode optar pela substituição do produto, pela restituição da quantia paga, ou pelo abatimento proporcional do preço, e não sendo possível a substituição do bem, poderá haver substituição por outro de espécie, marca ou modelo diversos, mediante complementação ou restituição de eventual diferença de preço.

58. Segundo o Código de Defesa do Consumidor e segundo o entendimento do STJ, não podem ser mantidas informações negativas no cadastro de dados de consumidores referentes a período superior a _____. Esse prazo começa a contar a partir do(a) _____. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas:

- a) 3 anos; da data do vencimento da dívida.
- b) 4 anos; do dia subsequente ao dia do cadastro no cadastro de dados de consumidores.
- c) 2 anos; da data do cadastro no cadastro de dados de consumidores.
- d) 5 anos; do dia subsequente ao de vencimento da dívida.
- e) 1 ano; da data do vencimento da dívida.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

59. Juliana entrou com um processo civil de indenização contra Carlos. 10 dias antes da audiência de instrução, foi estipulado novo procedimento para ingressar em juízo, sendo exigido a transcrição de todos os atos produzidos no inquérito. Diante desse cenário:

- a) Juliana deverá se adequar ao novo procedimento, visto que a lei processual civil retroage para os processos em curso.
- b) Juliana deverá se adequar ao novo procedimento, tendo o prazo de 15 dias úteis para proceder com as eventuais medidas de adequação.
- c) Juliana não precisará se adequar ao novo procedimento, pois a norma processual civil não retroagirá e, ainda que aplicável imediatamente aos processos em curso, deverá respeitar os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.
- d) Juliana não precisará se adequar ao novo procedimento, pois apesar da lei retroagir, deverá ser respeitado os atos processuais praticados e as

situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.

- e) Juliana não precisará se adequar ao novo procedimento, pois a nova norma processual civil não é aplicável imediatamente aos processos em curso.

60. Após a sentença de primeiro grau, Joaquim, irredimido por perder a pretensão requerida no processo, começa a interpor recursos com intuito manifestamente protelatório. Constatada essa situação, é certo que o juiz poderá:

- a) De ofício ou a requerimento, condenar Joaquim, litigante de má-fé, a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.
- b) Apenas a requerimento, condenar Joaquim, litigante de má-fé, a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a vinte por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.
- c) De ofício ou a requerimento, condenar Joaquim, litigante de má-fé, a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a vinte por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.
- d) Caso Joaquim, litigante de má-fé, seja apenas interveniente, não será responsabilizado, pois a multa por litigância de má-fé é atribuída exclusivamente para o autor ou réu.
- e) Caso Joaquim esteja em litisconsórcio, haverá responsabilização solidária, ainda que não haja coligação para lesar a parte contrária.

- 61.** A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta:
- a) A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.
 - b) O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação ou petição para ingresso de terceiro no processo, sendo inadmissível o pedido em fase recursal.
 - c) Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.
 - d) Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.
 - e) Revogado o benefício, a parte arcará com as despesas processuais que tiver deixado de adiantar e pagará, em caso de má-fé, até o décuplo de seu valor a título de multa, que será revertida em benefício da Fazenda Pública estadual ou federal e poderá ser inscrita em dívida ativa.
- 62.** Alane entrou com uma ação de fazer em desfavor de Pedro, o qual apresentou a contestação e também a reconvenção do pedido para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal. Sobre a situação, assinale a alternativa correta:
- a) O pedido, na reconvenção, não pode ser genérico.
 - b) Na reconvenção o autor poderá, até o saneamento do processo, aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, com consentimento do réu.
 - c) A reconvenção pode ser proposta somente contra o autor.
 - d) O réu só poderá propor a reconvenção caso ofereça primeiramente a contestação.
 - e) A ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de mérito da ação obsta o prosseguimento do processo quanto à reconvenção.
- 63.** Numa ação de perdas e danos, o juiz julgou procedente o pedido do réu pela desconsideração da personalidade jurídica. O autor, logo após, apresentou agravo de instrumento diretamente ao tribunal. Sobre a situação, assinale a alternativa correta:
- a) A situação do enunciado não enseja hipótese de cabimento do agravo de instrumento.
 - b) O autor deveria ter endereçado o recurso ao juiz de 1º grau, evitando a supressão de instância.
 - c) O agravo será interposto exclusivamente por protocolo realizado na própria comarca, seção ou subseção judiciárias.
 - d) Se o juiz comunicar que reformou inteiramente a decisão, o relator considerará prejudicado o agravo de instrumento.
 - e) Recebido o agravo de instrumento, incide o efeito suspensivo.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL*Priscila Silveira*

64. A respeito da aplicação da lei penal, assinale a alternativa correta.

- a) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado, sendo adotada, portanto, a teoria do resultado.
- b) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, salvo se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- c) O dia do começo não se inclui no cômputo do prazo, e os dias, meses e anos devem ser contados pelo calendário comum.
- d) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais e extrapenais da sentença condenatória.
- e) A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil para obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis.

65. Assinale a alternativa que apresenta somente princípios fundamentais válidos para a resolução do conflito aparente de normas penais.

- a) Especialidade, fragmentariedade, alteridade e consunção.
- b) Exação, fragmentariedade, subsidiariedade e consunção.
- c) Especialidade, subsidiariedade, alternatividade e consunção.
- d) Legalidade, subsidiariedade, alteridade e fragmentariedade.
- e) Proporcionalidade, especialidade, alternatividade e consunção.

66. O agente que se opõe, mediante violência ou ameaça à execução de ordem legal emanada por funcionário competente, comete

- a) crime de Descaminho.
- b) crime de Desacato.
- c) crime de Desobediência
- d) crime de Exercício arbitrário das próprias razões.
- e) crime de Resistência.

67. Marcos, particular, é surpreendido às 22h por policiais civis que, por estarem com mandado de busca e apreensão, solicitam a entrada em sua casa. Marcos, prontamente, nega a entrada. Levando-se em consideração o caso narrado, assim como as disposições contidas no Código Penal brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Marcos não cometeu crime algum.
- b) Marcos cometeu o crime de resistência na modalidade simples.
- c) Marcos cometeu o crime de desobediência.
- d) Marcos cometeu o crime de resistência qualificado
- e) Marcos cometeu o crime de resistência com causa de aumento de pena.

68. Rodolfo, servidor público, que estava de férias em cidade distinta da que reside, sofreu ataques verbais em razão da função que exerce. Nesse caso:

- a) houve crime de desacato.
- b) não houve crime de desacato, pois Rodolfo se encontrava em cidade distinta da que reside.
- c) não houve crime de desacato, pois Rodolfo se encontrava de férias, fora de suas funções como servidor público.
- d) não houve crime de desacato, pois tal delito não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988.
- e) não houve crime de desacato, pois este delito só se consuma se houver emprego de violência contra o servidor público.

69. Acerca dos crimes contra a Administração Pública, marque a correta.

- a) Não pratica usurpação de função pública o funcionário público que atue completamente fora da sua área de atribuições.
- b) É sujeito passivo principal do crime de resistência o Estado e, de forma secundária, o funcionário público.
- c) O engano quanto à ordem a ser cumprida não possui o condão de excluir o dolo do delito de desobediência.
- d) A reclamação ou crítica contra a atuação funcional de alguém caracteriza o crime de desacato.
- e) O crime de descaminho possui como objeto material a mercadoria proibida.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Antônio Pequeno

70. De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, assinale a alternativa correta.

- a) A inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 8 (oito) anos, é um efeito automático da condenação
- b) No caso de condenação em crime de abuso de autoridade haverá automaticamente a perda do cargo, do mandato ou da função pública
- c) As penas restritivas de direitos devem ser aplicadas cumulativamente
- d) Os crimes previstos na Lei nº 13.869/2019 são de ação penal pública incondicionada
- e) A ação privada subsidiária será exercida no prazo de 12 meses, contado da data em que se esgotar o prazo para oferecimento da denúncia.

71. De acordo com a Lei nº 13869/2019 (Lei de abuso de autoridade), o sujeito ativo dos crimes de abuso de autoridade pode ser:

- a) Somente o particular
- b) Somente os membros do Ministério Público
- c) Somente os integrantes do Poder Executivo.
- d) Qualquer Agente Público
- e) Somente os integrantes do Poder Judiciário

72. Lei as alternativas a seguir e assinale a que está em conformidade com a Lei 7.716/89, que trata dos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

- a) Não constitui um ilícito criminal tipificado na Lei 7.716/89 negar ou obstar emprego em empresa privada, mas apenas uma infração administrativa
- b) Ficará sujeito às penas de multa e de prestação de serviços à comunidade, incluindo atividades de promoção da igualdade racial, quem, em anúncios ou qualquer outra forma de recrutamento de trabalhadores, exigir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia para emprego cujas atividades não justifiquem essas exigências
- c) Serão punidos, na forma desta Lei, apenas os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia ou religião
- d) Não constitui infração penal de preconceito as condutas de fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo, pois estão abrangidos pelo direito de manifestação previstos na Constituição Federal do Brasil.
- e) A injúria racial é um crime previsto no Código Penal.

73. A Lei nº 12.850/2013, é a que trata da Organização Criminosa, e traz o regramento para a celebração do termo de colaboração premiada. Diante do exposto, assinale a alternativa que não está de acordo com esta Lei.

- a) São anuláveis as previsões de renúncia ao direito de impugnar a decisão homologatória
- b) O acordo de colaboração premiada é negócio jurídico processual e meio de obtenção de prova, que pressupõe utilidade e interesse públicos
- c) A proposta de colaboração premiada deve estar instruída com procuração do interessado com poderes específicos para iniciar o procedimento de colaboração e suas tratativas, ou firmada pessoalmente pela parte que pretende a colaboração e seu advogado ou defensor público
- d) O registro das tratativas e dos atos de colaboração deverá ser feito pelos meios ou recursos de gravação magnética, estenotipia, digital ou técnica similar, inclusive audiovisual, destinados a obter maior fidelidade das informações, garantindo-se a disponibilização de cópia do material ao colaborador
- e) Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

74. O TÍTULO IV, da Lei de Execução Penal trata “Dos Estabelecimentos Penais”. É correto afirmar que:

- a) os estabelecimentos penais destinam-se ao condenado, ao submetido à medida de segurança, ao preso provisório apenas
- b) o preso provisório não ficará separado do condenado por sentença transitada em julgado
- c) a Casa do Albergado destina-se ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime aberto, e da pena de limitação de fim de semana.
- d) a penitenciária destina-se ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado e semiaberto
- e) A Colônia Agrícola, Industrial ou Similar destina-se ao cumprimento da pena em regime fechado.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

75. Assinale a alternativa correta no que tange ao inquérito policial e à ação penal:

- a) O arquivamento do inquérito policial poderá ser realizado pela própria autoridade policial nos casos de extinção da punibilidade e atipicidade da conduta.
- b) Tendo sido arquivado o inquérito policial por falta de base para a denúncia, é possível o desarquivamento dos autos, desde que haja efetiva prova nova, não sendo suficiente a existência de notícia de prova nova.
- c) O perdão do ofendido não pode ser oferecido de forma tácita.
- d) O recurso cabível para impugnar a decisão de não homologação do acordo de não persecução penal é o recurso em sentido estrito.
- e) A representação da vítima, embora não exija grandes formalidades, somente pode ser oferecida pelo próprio legitimado, vedado seu oferecimento por procurador.

76. Acerca do tema de provas, analise as assertivas abaixo:

I – O instituto da quebra da cadeia de custódia refere-se à idoneidade do caminho que deve ser percorrido pela prova até sua análise pelo magistrado, e uma vez ocorrida qualquer interferência durante o trâmite processual, isso conduzirá à imprestabilidade da prova.

II – É lícito ao Juiz, de ofício, determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante

III – É ilícita a prova colhida em caso de desvio de finalidade após o ingresso em domicílio especificamente para efetuar uma prisão, pois isso não implica um salvo-conduto para que todo o seu interior seja vasculhado indistintamente, em verdadeira pescaria probatória (*fishing expedition*).

IV – A mera percepção de nervosismo do averiguado por parte de agentes policiais não é suficiente para caracterizar a fundada suspeita para fins de busca pessoal, medida invasiva que exige mais do que mera desconfiança fundada em elementos intuitivos.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I e III
- b) I, II e III
- c) I, III e IV
- d) II e IV
- e) II, III e IV

77. Bruno foi vítima de crime de ação penal privada praticado por Gilberto e Paulo. Bruno, então, ajuizou queixa-crime em desfavor de ambos. No curso do processo, o querelante se acertou com o amigo Gilberto, mas ainda desejava continuar processando Paulo. Nesse caso:

- a) Bruno poderá renunciar ao direito de queixa em favor de Gilberto, mas manter o processo contra Paulo.
- b) Bruno poderá renunciar ao direito de queixa em favor de Gilberto, mas tal renúncia se estenderá a Paulo.
- c) O caso em tela não admite renúncia ou perdão do ofendido.
- d) Bruno poderá oferecer o perdão do ofendido a Gilberto, mas tal perdão se estenderá a Paulo; todavia, o perdão só produzirá efeitos em relação àquele que o aceitar.
- e) Bruno poderá oferecer o perdão do ofendido a Gilberto, e tal perdão não se estenderá a Paulo.

78. Nivaldo e Eduardo foram denunciados pelo Ministério Público Federal pela suposta prática do crime de furto qualificado pelo concurso de agentes (reclusão de 02 a 08 anos e multa), em tese praticado contra uma agência da Caixa Econômica Federal. Na sentença, o Juízo Federal condenou Nivaldo pelo referido crime, nos termos da denúncia. Todavia, reconheceu a prescrição da pretensão punitiva em relação a Eduardo, eis que, por ter mais de 70 anos na data da sentença, o crime já estaria prescrito, na medida em que o prazo prescricional foi reduzido pela metade.

O Ministério Público, inconformado com a parte da sentença que reconheceu a extinção da punibilidade em relação a Eduardo, deverá interpor:

- a) Apelação, no prazo de 05 dias
- b) Apelação, no prazo de 10 dias
- c) Embargos de declaração, no prazo de 02 dias
- d) Recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias
- e) Recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias

79. Paulo foi denunciado pelo Ministério Público Federal pela suposta prática do crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa) praticado em desfavor da Caixa Econômica Federal. Segundo consta na denúncia, Paulo teria se passado por um entregador de água para ingressar no prédio do Banco sem levantar suspeitas e, valendo-se de tal facilidade, subtrair dois *notebooks* pertencentes à referida empresa pública federal, avaliados em R\$ 9.000,00 cada. O Juízo, ao final da instrução, entendeu que o fato narrado constituía, na verdade, o crime de furto qualificado pela fraude (pena: reclusão de 02 a 08 anos e multa).

Nesse caso, é correto afirmar que se está diante de:

- a) Mutatio libelli, não podendo o Juiz condenar Paulo pelo crime de furto qualificado, por ter pena mais grave que o delito originalmente imputado na denúncia.
- b) Mutatio libelli, podendo o Juiz condenar Paulo pelo crime de furto qualificado, ainda que tenha pena mais grave que o delito originalmente imputado na denúncia.
- c) Emendatio libelli, podendo o Juiz condenar Paulo pelo crime de furto qualificado, ainda que tenha pena mais grave que o delito originalmente imputado na denúncia.
- d) Emendatio libelli, não podendo o Juiz condenar Paulo pelo crime de furto qualificado, por ter pena mais grave que o delito originalmente imputado na denúncia.
- e) Mutatio libelli, podendo o Juiz condenar Paulo pelo crime de furto qualificado apenas se houver aditamento da denúncia por parte do MP.

80. Acerca das disposições da Lei 9.099/95, assinale a alternativa correta:

- a) Nos juizados especiais criminais, não sendo encontrado o acusado para ser citado, deverá o Juiz determinar sua citação por edital.
- b) A homologação da transação penal não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.
- c) O benefício da suspensão condicional do processo somente é cabível no caso de infrações de menor potencial ofensivo.
- d) A suspensão condicional do processo e a transação penal se aplicam na hipótese de infrações penais praticadas contra a mulher no contexto da violência doméstica e familiar, desde que preenchidos os requisitos legalmente estabelecidos.
- e) A transação penal não tem natureza jurídica de condenação criminal, não gera efeitos para fins de reincidência e maus antecedentes, mas implica responsabilidade civil de reparar o dano.

Discursiva

Entenda o que é deep fake e saiba como se proteger

Vídeos que viralizam nas redes sociais mostrando figuras públicas em situações quase inacreditáveis como, por exemplo, o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky anunciando total rendição às tropas da Rússia. Será verdade? Afinal de contas parece tão real... A resposta é não, pois trata-se de uma "deep fake", "falsificação profunda" que, como a tradução indica, é tão bem feita que pode enganar até os mais atentos.

O que muita gente não sabe, porém, é que esse tipo de golpe, além de manipular vídeos com celebridades e políticos famosos, também prejudica empresas e cidadãos comuns, que podem ser envolvidas em fraudes de identidade e extorsões.

Segundo estudo da empresa de segurança Kaspersky, 65% dos brasileiros ignoram a sua existência e 71% não reconhecem quando um vídeo foi editado digitalmente usando essa técnica.

"Deep fake pode ser definido como a criação de vídeos e áudios falsos por meio de inteligência artificial", explica Guilherme Bacellar, especialista de segurança cibernética e fraude da Unico.

A prática costuma utilizar um vídeo de referência e a face (ou corpo) de outra pessoa, que não fazia parte do vídeo original. "É possível ainda criar áudios falsos fazendo a inteligência artificial aprender como uma pessoa fala e, a partir daí, obter uma montagem com outras falas, inclusive alterando os lábios para acompanhar as palavras que são ditas", explica.

Também há vídeos que alteram o rosto ou o corpo de uma pessoa e reconstroem o movimento dos lábios para manter o áudio original. "O objetivo dessas ações é prejudicar a imagem de figuras públicas ou obter ganhos financeiros enganando pessoas comuns", diz.

Disponível em: <https://estudio.folha.uol.com.br/unico/2022/10/entenda-o-que-e-deep-fake-e-saiba-como-se-proteger.shtml>. Acesso em: 09 de agosto de 2023.

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema: o **uso da tecnologia de "Deep Fake" apresenta mais oportunidades ou riscos para a sociedade?**

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>